

A Criminalização da mulher

docilização dos corpos femininos e a ideologia carcerária brasileira no início do século XX

Bruna Soares Angotti Batista de Andrade

(Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo)

1. INTRODUÇÃO – UTILIZANDO GÊNERO¹

Para que estou aqui? Para no presente, reparar o meu passado, preparar com acerto o meu futuro – Para, se eu quiser, adquirir princípios de uma moral sadia, cristã, nobre e benfazeja. Para, se eu souber aproveitar meu tempo, completar minha formação doméstica e profissional, e levar comigo um conjunto de conhecimentos, que me ajudem a enfrentar honrada e valentemente as dificuldades da vida (Guia das Internas da Penitenciária Central do Distrito Federal para Mulheres – Bangu, Rio de Janeiro, 1942).

A busca pela origem de uma opressão feminina universal demarca os primeiros esforços de autoras feministas, principalmente a partir da década de 1950, pela superação dessa subordinação. Algumas feministas socialistas atribuíam à estrutura de classes capitalista as origens da opressão feminina, enquanto outra corrente de socialistas percebia a associação capitalismo/patriarcado como sendo fundantes da opressão das mulheres. Já para as feministas radicais, era no processo reprodutivo feminino que se baseava a opressão. Segundo essa linha, papéis sociais femininos eram definidos por sua capacidade de engravidar e amamentar, o que tornava as mulheres reféns da biologia e conseqüentemente submissas aos homens. Essas análises desembocariam na criação do conceito de gênero e na busca da superação dessa origem universal que subordinava mulheres a homens (PISCITELLI, 2002, pp. 10 a 12).

Na década de 1970, o termo gênero foi usado pela primeira vez nas Ciências Sociais por Gayle Rubin, antropóloga norte-americana. Refletindo acerca da problemática da opressão feminina, em uma época em que Lévi-Strauss exercia forte influência na produção antropológica norte-americana, Rubin dialoga com o antropólogo francês, bem como com Freud e Lacan, criticando a naturalização dos papéis sociais atribuídos aos diferentes sexos.

¹ O presente trabalho utiliza alguns trechos do Projeto de Mestrado por mim apresentado e aprovado no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em setembro de 2008, e atualmente realizado sob a orientação da Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer.

Se para Lévi-Strauss a proibição do incesto representa um tabu universal que marca a passagem da natureza para a cultura – operando no interior de sistemas de parentesco nos quais a troca de mulheres, bens e mensagens é fundamental ao seu funcionamento –, para Rubin, tais sistemas, como explicitados por Lévi-Strauss, estão baseados na troca de mulheres entre os homens, o que, a seu ver, contém uma análise implícita da opressão sexual segundo a qual, na passagem da natureza para a cultura estaria também a fundação da opressão feminina (RUBIN, 1975, pp. 28 a 30).

A divisão sexual do trabalho, como colocada por Lévi-Strauss, é vista por Rubin como sendo um tabu que divide o sexo em duas categorias que se excluem, ressaltando as diferenças biológicas. Nesse sentido, gênero seria “uma divisão de sexos imposta socialmente” e “um produto das relações sociais da sexualidade” (RUBIN, 1975, p.28). Segundo a autora, o tabu do incesto, tal qual especificado por Lévi-Strauss, pressupõe um tabu anterior que é o da heterossexualidade. Rubin, todavia, refuta a idéia de que a origem da opressão feminina coincide com a origem da cultura, ressaltando que o “heterossexualismo compulsório” é produto do parentesco e é em grande parte responsável pela perpetuação dessa opressão. É com base em uma pauta feminista de ação, na qual uma revolução no sistema sexo-gênero seria fundamental para uma ruptura com a camisa-de-força do gênero, que Rubin investe no fim da opressão das mulheres (RUBIN, 1975, pp. 52 e 53). É na desconfiguração do arranjo de gênero, fundado na divisão sexual do trabalho, que Rubin vê a possibilidade de ruptura com o lugar da submissão designado socialmente à mulher.

O termo “gênero” passou a ser utilizado mais amplamente nas Ciências Sociais a partir da década de 1980, em contraposição ao termo patriarcado, usado por autoras feministas como expressão política a partir da década de 50. A utilização inicial do termo gênero nas ciências sociais surgiu como metáfora para pensar a relação entre a suposta divisão biológica em dois sexos, o masculino e o feminino, e os papéis sociais designados a cada um dos sexos. Ao analisar a utilização de “gênero” por acadêmicos e militantes do movimento feminista, indicando as tensões entre teoria e ação, Adriana Piscitelli, afirma que “parte significativa da atração exercida por esse conceito reside no convite que ele oferece para um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social” (PISCITELLI, 2002, p. 7).

O binarismo sexo/gênero, bastante ressaltado nos primeiros escritos que trabalhavam “gênero” como referencial teórico, passou a ser questionado a partir da politização da diferença sexual, ou seja, o modelo de dois sexos universais e imutáveis foi revisto e polemizado, não mais representando uma verdade absoluta. Thomas Laqueur, historiador que

estabelece um intenso diálogo com a teoria de gênero, problematizou a fórmula “sexo está para natureza assim como gênero para a cultura”, ressaltando que tanto o sexo como o gênero foram construídos no plano do discurso (LAQUEUR, 2001). Influenciado pelos escritos de Michel Foucault e por sua prática de análise discursiva de construção dos saberes, o autor, por meio de uma pesquisa histórica sobre saberes médicos acerca do sexo biológico, demonstrou a construção do modelo de dois sexos no plano discursivo da medicina, ressaltando a não ontologia desse modelo, e o poder do discurso médico na sua estruturação. Segundo Laqueur, a genitália passou a ser utilizada, a partir do século XIX, para se tratar de diferenças incomensuráveis entre homens e mulheres, passando o sexo a ser o causador do gênero.

A biologia reprodutiva e as representações dos corpos masculinos e femininos são parte de um modelo literário e específico caracterizado em registros da época. Por volta de 1800, os autores passaram a defender a tese de que havia profundas diferenças entre os sexos, apoiados nas “descobertas” de suas diferenças biológicas. Em sua obra, Laqueur contribuiu para a desnaturalização dos corpos e do modelo de dois sexos, mostrando que sexo sempre foi gênero, ou seja, que é o modelo social que explica a hierarquia dos sexos e não o contrário. Segundo Margareth Rago, o saber médico esforçou-se para definir as especificidades do corpo feminino em relação ao masculino, ressaltando as fragilidades da mulher. De acordo com a autora, os escritores do século XVIII buscaram na biologia uma justificativa para as diferenças culturais e políticas entre os sexos (RAGO, s/a, pp. 2 a 5).

A partir do século XIX, uma naturalização dos papéis sociais com base no sexo biológico passou a fazer parte do discurso dominante, sendo o gênero colado aos corpos, ou seja, o papel social construído sobre os corpos. Os estabelecimentos prisionais femininos no Brasil nasceram em um contexto específico de “necessidade” de separar homens e mulheres, bem como de disciplinarização das mulheres para o cumprimento de papéis sociais relacionados a suas funções biológicas reprodutivas. Nesse período, ou seja, na década de 1940, para as autoridades responsáveis pela separação dos presídios em femininos e masculinos, bem como para os especialistas como médicos, juristas, psiquiatras, pedagogos e religiosos, as mulheres eram aquelas que nasciam mulheres e que deveriam exercer os papéis socialmente designados às mulheres. Igualmente os homens eram os que nasciam homens e deveriam cumprir seus papéis sociais de homens. Tudo o que estivesse fora desse roteiro deveria ser reinserido em seu local de pertencimento. O presídio feminino nasceu sob o pretexto de costurar os papéis aos corpos aos quais pertencem naturalmente. Às irmãs da Congregação Nossa Senhora do Bom Pastor d’Angers foi designada essa missão.

O presente trabalho consiste em uma breve análise acerca da fundação dos primeiros presídios femininos brasileiros e das missões designadas a essas instituições, seja pelas autoridades políticas, que alertaram para a necessidade de separação dos presídios entre masculinos e femininos; seja pelas responsáveis pela administração desses espaços. Sendo a prostituição o crime feminino por excelência, bem como “demais patologias” ligadas à sexualidade, buscar-se-á demonstrar, ainda que de maneira introdutória, como a sexualidade aparece, nesse momento, como fator criminógeno.

2. PROSTITUIÇÃO: A CIDADE DOENTE

A ordem é um princípio de felicidade e paz. O coração fica satisfeito, quando, dominado o capricho e cumprindo o dever, pode verificar que nobremente cumpriu a sua missão. A ordem é ainda um princípio de progresso, pelo ambiente benfazejo que ela estabelece. – Olhai para a nossa Bandeira, e nela encontrareis um lema, que é todo um programa de vida: – ORDEM E PROGRESSO (Guia das Internas da Penitenciária Central do Distrito Federal para Mulheres – Bangu, Rio de Janeiro, 1942)

Durante mais de três séculos as mulheres foram encarceradas em estabelecimentos onde havia prevalência de prisioneiros do sexo masculino, sendo a elas raramente destinados espaços reservados.² Prostitutas e escravas, em sua maioria, as mulheres eram confinadas juntamente com os homens, freqüentemente dividindo a mesma cela. Segundo Elça Mendonça Lima, foram as legislações criminais da década de 1940 que permitiram uma alteração (ainda que em princípio apenas em algumas cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro) na situação da mulher encarcerada. As mulheres eram, até então, constantemente encarceradas junto com homens, em um estado de “promiscuidade absoluta”. Não havia separação entre os sexos, bem como entre as próprias prisioneiras pela natureza do crime cometido (LIMA, 1983, p. 47). Fernando Salla, em análise histórica sobre o encarceramento em São Paulo, ressalta que na Cadeia – um dos dois estabelecimentos prisionais presentes na cidade no final do século XIX – “misturavam-se em um mesmo recinto condenado e aqueles que aguardavam julgamentos; condenados à pena de prisão simples permaneciam juntos aos que cumpriam pena de prisão com trabalho; galés, dementes, homens, mulheres, crianças conviviam no mesmo espaço” (SALLA, 1997, p.295).

² A situação do encarceramento feminino é ressaltada em inúmeros relatórios e estudos. São exemplos o relatório da casa de correção da capital, de 1905, o projeto de reforma penitenciária apresentado por Lemos de Brito em 1924, bem como o estudo de Cândido Mendes “As Mulheres Criminosas no Centro mais Populoso do Brasil”, de 1928. ILGENFRITZ e SOARES, 2002, p. 53.

A maioria das mulheres encarceradas na época havia sido condenada principalmente pelos crimes de vadiagem, uma vez que a prostituição não era considerada um crime em si; pelo crime de contágio venéreo, considerado um crime de perigo, dado que o simples fato de expor alguém a qualquer tipo de doença venérea já era avaliado como um crime; além dos “crimes femininos” como aborto e infanticídio, bem como o furto e as rixas, em menores proporções (LIMA, 1983, pp. 34 e 35). Pode-se perceber que os principais motivos da prisão feminina estavam relacionados à prostituição, como era o caso dos crimes de vadiagem e de contato venéreo, que, apesar de não mencionarem abertamente, o vínculo com o tema era evidente.

Segundo Magali Engel a prostituição fazia parte da “cidade doente” que muito preocupava médicos da época. Apesar de ser considerada um mal necessário, já que os homens necessitavam da prostituição para satisfazerem seus desejos sexuais, era necessária a higienização e a regulamentação da prostituição, como parte do processo de saneamento das cidades (ENGEL, 1989, pp. 54 e 55). A autora, em estudo acerca da relação entre o saber médico e a prostituição no Rio de Janeiro no século XIX (principalmente entre 1840 e 1890) ressalta a “vontade de saber” dos médicos no tangente à prostituição, e a produção de normatizações higiênicas do corpo. É a partir do corpo feminino saturado de sexualidade, representado pela figura da prostituta, que é instituída uma verdadeira cruzada moral, social e física, para sanar as “doenças” causadas pela prostituição: a perversão, como doença física; a depravação, como doença moral; e o comércio do corpo, como doença social (ENGEL, 1989, pp. 69 e 70).

Tal análise está em consonância com as reflexões feitas por Michel Foucault principalmente no *Volume I da História da Sexualidade*, denominado *A vontade de saber*. Para o autor, houve, a partir do século XVIII no ocidente, um investimento na produção de saberes especializados sobre o sexo. Médicos, psicólogos, legisladores, juristas, dentre outros, passaram a se interessar pela temática, investindo em um furor classificatório sem igual na história. O incentivo à confissão, à exposição do desejo, dos atos, dos prazeres, das práticas, tudo nos mais íntimos detalhes, compõe aquilo que Foucault denominou de “vontade de saber”. Ao contrário do que é amplamente propagado sobre as heranças do puritanismo vitoriano sobre a temática da sexualidade, que seria responsável por uma severa repressão nesse campo, Foucault defende que houve nesse período uma explosão discursiva, uma incitação do discurso sobre o sexo que permitiu a produção de “saberes especializados” na área. A produção de saberes sobre os corpos femininos se insere nesse momento classificatório, sendo amplo o investimento em estudos capazes de “desvendar” aspectos da sexualidade da mulher.

Nesse sentido, vale lembrar a análise de Michel Foucault acerca do “biopoder”. Para ele, um dos fenômenos mais importantes do século XIX foi o domínio do poder sobre a vida. Um elemento novo passa a ocupar lugar central na pauta de discussões e de investimentos políticos: a população. Esta se torna não só uma questão política, mas também biológica e científica. “É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável” (FOUCAULT, 2005, p. 292). O plano coletivo torna-se alvo do poder que busca, a todo tempo, a normalização. Tal poder, o qual o autor chama de biopoder, volta-se para o corpo social. Objetos privilegiados, a “vida enquanto processo” e o “corpo vivo” compõe o poder de fazer viver. Higienização, criação de vacinas, saneamento básico, controle das taxas de natalidade e mortalidade – mecanismos para controlar a vida. O biopoder volta-se para a massa.

O investimento no que é considerado são e sadio é parte da “missão higienizadora” do biopoder. Nesse sentido, no campo da sexualidade, a prática e o desejo considerados são e sadios, servem como parâmetro para a construção das práticas e desejos considerados desviantes e anormais. Igualmente, a sexualidade ameaçadora é também a responsável por delimitar aquela que é segura. Assim, o mapeamento do periférico gera o normal, bem como a reafirmação do normal possibilita a existência do periférico. A construção do outro se dá com base na construção do normal. Nos séculos XVIII e XIX, o foco central da interrogação oficial passou a ser a sexualidade do outro: a criança onanista, o perverso, os loucos, os criminosos, as prostitutas. Nesse contexto era necessário conter as sexualidades desviantes, aquilo que fugia à regra e à norma. Era preciso conter o outro.

Nesse sentido, a mulher pode ser considerada um dos alvos privilegiados de controle e disciplina, pois por seu corpo, considerado como saturado de sexualidade, estava ligada ao corpo social, por meio da reprodução; e em seu corpo, as mais diversas patologias associadas à desregulada sexualidade feminina eram passíveis de manifestação (FOUCAULT, 2006, p. 115). A mulher histórica, bem como a prostituta surgem como variações da mulher normal, de sexualidade sadia. De acordo com Magali Engel a prostituição se contrapunha ao casamento na medida em que enquanto a primeira era designada ao espaço das perversões, o segundo era concebido como uma instituição higiênica, espaço do prazer comedido, garantidor da reprodução (ENGEL, 1989, p. 31).

3. SEXUALIDADE E CRIME FEMININO

O prazer rebaixa, a alegria eleva. O prazer enfraquece, a alegria fortalece (Guia das Internas da Penitenciária Central do Distrito Federal para Mulheres – Bangu, Rio de Janeiro, 1942).

Vitorio Canepa, um dos principais penitenciaristas brasileiros no período de criação dos primeiros estabelecimentos prisionais voltados para as mulheres, publicou um estudo no qual se questionava se a mulher era ou não mais criminosa que o homem. Segundo Canepa tal questão pode ser avaliada sob dois aspectos, sendo destoantes as respostas para a sua questão, dependendo da perspectiva abordada. Em um primeiro momento as mulheres não podem ser consideradas mais criminosas que os homens uma vez que, por “deferência masculina” os homens, que são aqueles que produzem as leis, são complacentes com as mulheres, já que estas têm como álibi “a condição feminina”. Seguindo esse mesmo raciocínio, as mulheres também seriam menos criminosas que os homens, uma vez considerada a sua situação social, já que, pelo fato de serem mulheres e estarem confinadas ao lar, pouco têm contato com os perigos sociais da delinquência (LIMA, 1983, pp. 37 a 40). De acordo com Elça Mendonça Lima:

(...) por ser mãe e esposa [a mulher] é alvo especial da deferência da lei masculina, e por ser ela um fato doméstico, encontra pouca oportunidade de agir criminosamente. Assim, sua condição feminina age duplamente no sentido de garantir a sua inocência e santidade. Fica exposta a boa face de Eva. Eva contém a Virgem Maria (LIMA, 1983, p. 40).

Já em um segundo movimento a mulher seria mais criminosa que o homem, na medida em que a maioria dos crimes tem como sujeito oculto uma mulher, sendo a maldade e malícia feminina capazes de persuadir um homem ao cometimento de um crime. Ainda nesse sentido, quando a mulher ultrapassa o teor de maldade que a impede de agir, ela passa do pensamento ao ato, sendo capaz dos piores crimes possíveis. Nesse momento, a mulher estaria agindo segundo alguma patologia, podendo ser taxada de louca:

(...) o homem é normalmente criminoso porque ‘inocente útil’. Ele executa uma ação da qual não é o sujeito; a mulher é normalmente inocente, porque sujeito invisível da ação criminosa. É só na loucura que ela exhibe a sua má natureza. Fica exposta a face má de Eva. Eva contém o demônio (LIMA, 1983, p. 41).

Lemos Brito, penitenciarista e legislador da época, pode ser considerado o maior ideólogo das prisões femininas brasileiras. Autor de vários estudos sobre o tema, o autor não

hesitava em afirmar que a loucura feminina estava intimamente ligada à sua sexualidade, sendo a mulher normal desprovida de desejo sexual. De acordo com Elça Mendonça Lima, “a ‘prostituta nauseabunda’, ‘as mulheres cobertas de enfermidades transmissíveis como os vícios de que são portadoras’, ‘a homicida passional’ representam, para Lemos Brito, a verdadeira e temível imagem da criminosa” (LIMA, 1983, p. 43).

Já de acordo com Margareth Rago, para Lombroso e Ferrero, renomados criminólogos italianos do final do século XIX, as mulheres mais perigosas eram aquelas que não possuíam características maternas, sendo, portanto, isentas de um “instinto natural” feminino. Os autores consideravam a prostituta uma criminosa nata, pois estaria no extremo oposto da esposa, da mãe e da mulher honesta. Ser prostituta significava ter apetite sexual exaltado, ser depravada e destituída de senso moral. Além disso, características físicas como fraca capacidade craniana e mandíbulas mais pesadas que as das mulheres em geral eram, para Lombroso, traços degenerativos presentes nas meretrizes (RAGO, 1997, pp.88 a 92).

Dessa forma, pode-se afirmar, que a prostituta representava à época o estereótipo da mulher criminosa. A sexualidade feminina era diretamente vinculada à loucura, à criminalidade e à conseqüente necessidade de recuperação. Magali Engel, em seu estudo intitulado *Psiquiatria e Feminilidade*, analisa a regulamentação e o controle exercidos por saberes especializados sobre os corpos femininos considerados doentes, no final do século XIX, início do século XX. O corpo feminino, enquanto lugar central das intervenções normalizadoras, é apresentado pela autora como um laboratório de saberes médicos psiquiátricos - é no corpo que está toda a doença e toda a cura para ela. A autora mostra como são contraditórios os estudos acerca das “doenças femininas” e das técnicas para curá-las. Alguns creditavam a histeria ao exercício maior ou menor do sexo, bem como à quantidade e freqüência desse exercício. Alguns relacionavam o estado puerperal como de extremo perigo para a saúde mental feminina, enquanto outros viam nesse estado a cura para as doenças mentais femininas.

Segundo a autora, os alienistas da época percorriam, no entanto, o mesmo caminho para detectar e tratar a histeria: a correlação desta com o útero e o cérebro, bem como a direta consideração da sexualidade feminina como determinante para a doença. Divergiam apenas quanto à cura e as causas, criando um universo de contradições difícil de ser contornado. Para exemplificar a ação do saber médico psiquiátrico sobre os corpos femininos, a autora analisa alguns casos específicos, que envolvem a internação de mulheres em hospitais psiquiátricos e manicômios cariocas no início do século XX. Os casos de Maria Ferreira Mendes Tourinho e

de Hercília de Paiva Legey - ambas taxadas como histéricas, tendo a primeira assassinado e a segunda tentado assassinar os seus próprios maridos - valem ser aqui mencionados, para exemplificar a intervenção dos saberes sobre os corpos femininos, e o papel da sexualidade nesse processo.

Em ambos os casos os peritos trabalharam com categorias como “boa mãe”, “esposa dedicada”, “instinto materno”, “mulher honesta”, “sexo degradante”, sendo o gostar ou não gostar de sexo fundamental para o laudo pericial. Maria Tourinho foi considerada pelos peritos como histérica com degenerescência mental, sendo o diagnóstico médico, segundo Magali Engel, muito mais importante que o crime em si. Quanto mais detalhes da degenerescência da autora, mais rico se tornava o laudo e mais enquadrada em uma categoria médica estaria, mostrando, portanto, a necessidade latente de patologização das condutas. O fato dos peritos terem achado que Maria Tourinho gostava de sexo, que não possuía instinto materno (pelo fato de ter sido sempre boa aluna no colégio) e a sua relação com o espiritismo, foram fundamentais para o diagnóstico e para a sua condenação: a internação em um manicômio, onde passou todo o resto de sua vida.

Já Hercília de Paiva Legey foi igualmente taxada como histérica pelos especialistas, porém concluiu-se que sua histeria era controlável e que ela não precisava ficar internada. Os fatores que os levaram a tal diagnóstico foi o fato de Hercília apresentar saudades do filho, sempre ter sido uma boa esposa e mãe dedicada, bem como o fato de não gostar de “sexo degradante”. Desde pequena apresentara o desejo de ser mãe, o que condizia com o papel social esperado de uma mulher. Pesou também na decisão o fato da autora não possuir antecedentes familiares de degenerescência, como alcoolismo e outras doenças. Hercília não ficou muitos dias internada e logo pode voltar para o convívio social. Por meio dos exemplos coletados por Magali Engel, é possível verificar a valorização da maternidade como a maior missão da mulher, que representava uma forma de resguardá-la no ambiente doméstico, contribuindo para o estabelecimento de rígidas fronteiras entre a casa e a rua, ou seja, entre o privado e o público.

4. IDEOLOGIA CARCERÁRIA NA DÉCADA DE 1940: A ADMINISTRAÇÃO DAS IRMÃS DO BOM PASTOR D'ANGERS

É muito útil e proveitoso, aprender todos os afazeres domésticos, desde a sala, até a cozinha – corte, costura, bordados, limpezas, arranjos domésticos etc. (Guia das Internas da Penitenciária Central do Distrito Federal para Mulheres – Bangu, Rio de Janeiro, 1942).

Enquanto nos presídios se buscava recuperar o homem para o convívio social, tornando-o novamente um cidadão, às mulheres deveria ser destinada a recuperação para o lar, ou seja, recuperação da imagem de mãe, esposa e dona de casa. Nesse sentido, os dois primeiros estabelecimentos prisionais femininos brasileiros – o *Presídio de Mulheres* junto ao complexo do Carandirú, em São Paulo, em 1941; e a *Penitenciária de Mulheres*, em Bangu, no Rio de Janeiro, em 1942³ – foram inicialmente administrados pelas Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d'Angers, que tinham o objetivo de recuperar nas mulheres o seu lado santo, bom e maternal.

As irmãs do Bom Pastor, como chamadas, tinham como missão a “multiplicação de vocações”. Especializadas na administração de instituições pedagógicas como orfanatos, escolas, internatos, organizações prisionais etc., desde sua fundação em 1829, na França, essas irmãs deveriam inculcar educação e disciplina nas presas. No entanto, apesar de terem bastante poder na administração dos espaços carcerários a elas concedidos, as freiras eram consideradas auxiliares do poder central que, segundo Elça Mendonça Lima, era preponderantemente masculino (LIMA, 1983, p. 56). A administração das freiras deveria prezar pela assepsia, arrumação, domesticidade e ordem. O objetivo central da prisão deveria ser o de retirar as mulheres da promiscuidade em que viviam, incentivando-as à sublimação dos desejos. (LIMA, 1983, p. 64)

A arquitetura da *Penitenciária de Mulheres* no Rio de Janeiro vale ser ressaltada, já que a ausência de grades e de muro alto pressupunham “a submissão formal das prisioneiras” a docilização de seus corpos e suas mentes as impediriam de fugir. Havia uma tentativa de tornar a prisão em algo parecido com um internato, como um espaço para a educação e não para a punição (LIMA, 1983, p.64). Além disso, Elça Mendonça Lima ressalta também o empenho das freiras em tornar o cárcere um lar:

³ Tratar-se-á, no presente ensaio, apenas do Presídio de Mulheres do Rio de Janeiro, já que, até o momento, a quantidade e a qualidade do material recolhido, em pesquisa bibliográfica previamente realizada, sobre essa instituição prisional, superam o material referente à primeira.

a simulação do lar é um exercício acelerado, isto é, exagerado. Tudo deve se passar como se a cada dia a prisioneira tivesse seu tempo totalmente preenchido pelo doméstico. Por contraste a criminosa é pensada como uma dona de casa imperfeita. Este treinamento intensivo para o lar sugere que seu crime é apenas metáfora de seu defeito como doméstica. (...) Elas estão sendo treinadas para o lar, mas a prisão é ela mesmo uma simulação do lar, daí que a finalidade do projeto é circular. O lar está antes, durante e depois da prisão. Assim, o crime já foi ele mesmo uma tendência a escapar desse círculo – a prisão –, o ponto de reinserção nessa mecânica circulatória (LIMA, 1983, p. 71).

Como regulamento da instituição prisional feminina, o Guia das internas surgia como um reforço necessário ao regulamento interno geral, o mesmo utilizado nos estabelecimentos masculinos. Era como se as mulheres precisassem de um “reforço”, que costurasse em suas carnes e mentes o molde de ser mulher. Trabalho, disciplina, amor à família, saberes domésticos, arrumação na medida certa, discrição e caridade – eis o que as irmãs deveriam inculcar nas prisioneiras.

5. CONCLUSÃO

Chegou o dia tão desejado de retornar ao convívio da família com pessoas amigas. Se o tempo foi bem aproveitado, quanta riqueza cada uma levará, em conhecimentos profissionais, em energia moral adquirida (Guia das Internas da Penitenciária Central do Distrito Federal para Mulheres – Bangu, Rio de Janeiro, 1942).

O período das freiras, como é chamado o tempo em que a *Penitenciária de Mulheres* foi administrada pelas Irmãs do Bom Pastor, durou até 1955. Foram quase quinze anos de administração religiosa. A tentativa de inculcar nas detentas uma ordem e disciplina própria da moral cristã parecia fora de lugar. O cárcere moderno, apesar de ter sua origem remota na arquitetura celular dos conventos, como demonstrado por Michel Foucault em *Vigiar e Punir – história da violência nas prisões*, não é o espaço ideal para o aprendizado da edificação de um lar, já que, a despeito de qualquer tentativa, sempre será um cárcere. Além disso, no “lar” que se tentava ensinar às presas, faltavam alguns personagens do “lar real” – o marido, os filhos, a família, e todas as relações de força que se estabelecem na prática.

A falência das Irmãs em operacionalizar o plano ao qual se comprometeram a cumprir foi ressaltada por Vitorio Caneppa em relatório datado de 1952, data anterior ao término da concessão. Segundo o parecerista, “foi necessário colocar à frente daquele estabelecimento um funcionário categorizado, de comprovadas habilidades para imprimir novas orientações e disciplinas às internas que na sua maioria são mulheres vadias e decaídas moralmente” (CANEPPA 1952, Apud ILGENFRITZ e SOARES, 2002). Em outras palavras, foi necessária

a interdição do poder central, masculino e masculinizado para lidar com mulheres que são menos mulheres e, possivelmente, mais maliciosas que o habitual. Não que as freiras deixassem de representar, por vezes, uma potência masculina. Mas, no jogo de colar corpos e sexos aos seus papéis, as Irmãs pareciam estar deslocadas.

6. BIBLIOGRAFIA

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores – saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 a 1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Psiquiatria e Feminilidade*. In: PRIORE, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir- História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da Sexualidade 1 – A Vontade de Saber*. SP: Graal, 2006.

ILGENFRITZ, Iara e SOARES, Bárbara Musumeci. *Prisioneiras – vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

LIMA, Elça Mendonça. *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: OAB/RJ, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: Leila Algranti (org.) *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero*. Textos Didáticos, nº 48. Campinas: IFCH – Unicamp, 2002.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1980 a 1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. Mistérios do Corpo Feminino ou as muitas Descobertas do Clitóris. In *Revista Letralivre*, nº 30, s/a. Sítio: www.rizoma.net acesso em 27.08.08.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on "the political economy of sex". In: REITER, R. (Ed.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975. Tradução para o Português não publicada.

SALLA, Fernando. Breves notas para a história do encarceramento em São Paulo – a Penitenciária do Estado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol.5, fasc.20, out/dez, 1997, pp. 293-302.